**16 de março – segunda-feira
(8 dias após)**

Último dia para a publicação da decisão que julgou as contas de todos os candidatos, eleitos ou não.

**22 de março – domingo
(14 dias após)**

Último dia para a diplomação dos eleitos.

Data a partir da qual o Cartório Eleitoral não mais permanecerá aberto aos sábados, domingos e feriados.

**ABRIL 2009
06 de abril – segunda-feira
(30 dias após)**

Último dia para a retirada das propagandas relativas à eleição, com a restauração do bem, se for o caso.

Último dia para o mesário que faltou à votação de 08 de março de 2009, apresentar justificativa ao Juiz Eleitoral.

**06 de maio – quarta-feira
(60 dias após)**

Último dia para o eleitor que deixou de votar no dia 08 de março de 2009 apresentar justificativa ao Juiz Eleitoral.

PAUTA DE JULGAMENTO N.º 7

Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento dos processos abaixo relacionados, assim como dos adiados ou constantes de pautas já publicadas:

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará comunica aos interessados que os processos abaixo discriminados foram incluídos em pauta para a Sessão de 27/01/2009, terça-feira, às 08:30 horas, em cumprimento ao disposto no art. 271, § 2º do Código Eleitoral, c/c art. 105 do Regimento Interno.

**01. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA N.º 2523
(PROCESSO ADIADO EM SESSÃO
DE 22.01.09, A PEDIDO DO RELATOR)**

RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
ASSUNTO: ELEIÇÕES GERAIS 2006 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INTERESSADO, CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL - N.º 43.333 - PV.

INTERESSADO : WILLIAM SCHEIDEGGER EMERIQUE

02. RECURSO ELEITORAL N.º 4305

RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
ASSUNTO: CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 83ª ZE (SANTARÉM) QUE JULGOU IMPROCEDENTE E EXTINGUIU COM JULGAMENTO DO MÉRITO AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL, POR ABUSO DO PODER ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE VOTOS, CARACTERIZADA PELA DISTRIBUIÇÃO DE CAMISAS A MULHERES PARA PARTICIPAREM DA CAMINHADA COM MARIA, QUE OCORREU NO DIA 27.09.08, COM OS DIZERES: "MARIA, MULHERES DO 13, MULHER DO PT", NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 018/2008/83ªZE.

RECORRENTE : COLIGAÇÃO DEM/PV
ADVOGADOS : JOSÉ MARIA FERREIRA LIMA E OUTROS
RECORRENTE : MARIA DO CARMO MARTINS LIMA
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRENTE : COLIGAÇÃO A MUDANÇA VAI AVANÇAR
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRENTE : JOSÉ ANTÔNIO ALVES ROCHA E OUTROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRIDA : MARIA DO CARMO MARTINS LIMA
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRIDA : COLIGAÇÃO A MUDANÇA VAI AVANÇAR
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRIDO : JOSÉ ANTÔNIO ALVES ROCHA
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS
RECORRIDA : COLIGAÇÃO DEM / PV
ADVOGADOS : JOSÉ MARIA FERREIRA LIMA E OUTROS

03. RECURSO ELEITORAL N.º 4295

RELATOR: JUIZ FEDERAL DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 79ª ZE (URUARÁ) QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR POR MEIO DE PINTURAS EM MURO E CERCAS, COM METRAGEM SUPERIOR A 04(QUATRO) METROS QUADRADOS, LOCALIZADA EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, CONTRARIANDO O ART 14 DA RES. N.º 22.718/TSE, CONDENANDO, SOLIDARIAMENTE, O RECORRENTE E A COLIGAÇÃO UNIDOS POR URUARÁ AO PAGAMENTO DE MULTA, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 15/2008/79ªZE.

RECORRENTE : GEDEON DE SOUZA MOREIRA
ADVOGADO : ALTAIR KUHN
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, JUNTO À 79ª ZONA ELEITORAL

04. RECURSO ELEITORAL N.º 4293

RELATOR: JUIZ FEDERAL DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 79ª ZE (URUARÁ) QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR POR MEIO DE PINTURAS EM MURO E CERCAS, COM METRAGEM SUPERIOR A 04(QUATRO)

METROS QUADRADOS, LOCALIZADA EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, CONTRARIANDO O ART 14 DA RES. N.º 22.718/TSE, CONDENANDO, SOLIDARIAMENTE, O RECORRENTE E A COLIGAÇÃO UNIDOS PARA VENCER AO PAGAMENTO DE MULTA, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 22/2008/79ªZE.

RECORRENTE : LEANDRO SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO : ALTAIR KUHN
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, JUNTO À 79ª ZONA ELEITORAL

PAUTA DE JULGAMENTO N.º 8

Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento dos processos abaixo relacionados, assim como dos adiados ou constantes de pautas já publicadas:

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará comunica aos interessados que os processos abaixo discriminados foram incluídos em pauta para a Sessão de 29/01/2009, quinta-feira, às 08:30 horas, em cumprimento ao disposto no art. 271, § 2º do Código Eleitoral, c/c art. 105 do Regimento Interno.

01. RECURSO ELEITORAL N.º 4331

ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 59ª ZE (CUMARU DO NORTE) QUE DESAPROVOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA REFERENTE ÀS ELEIÇÕES 2008 DO RECORRENTE, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 143/2008/59ªZE.

RELATOR: JUIZ FEDERAL DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
RECORRENTE : JOSÉ RIBAMAR SILVA DE SOUSA
ADVOGADOS : RICARDO HENRIQUE QUEIROZ e Outras

02. RECURSO ELEITORAL N.º 4332

RELATOR: JUIZ FEDERAL DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 59ª ZE (CUMARU DO NORTE) QUE DESAPROVOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA REFERENTE ÀS ELEIÇÕES 2008 DO RECORRENTE, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 140/2008/59ªZE.

RECORRENTE : ALOISIO RIBEIRO BRAGA
ADVOGADOS : RICARDO HENRIQUE QUEIROZ E OUTRAS

03. RECURSO ELEITORAL N.º 4330

RELATOR: JUIZ FEDERAL DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 59ª ZE (CUMARU DO NORTE) QUE DESAPROVOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA REFERENTE ÀS ELEIÇÕES 2008 DO RECORRENTE, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 144/2008/59ªZE.

RECORRENTE : NILTON ELIAS PEREIRA
ADVOGADOS : RICARDO HENRIQUE QUEIROZ e Outras

INTIMAÇÃO**PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO N.º 19/09****AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N.º 359**

AGRAVANTE: RONALDO MARTINS CAMPOS
ADVOGADO: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR e Outros
AGRAVADO: JUÍZO DA 69ª ZONA ELEITORAL - JACUJUNDA
AGRAVADO (litiçonsorte passivo): IZALDINO ALTOÉ
ADVOGADO: SÁBATO G. M. ROSSETTI

Em cumprimento ao despacho do Exmo. Sr. Juiz José Maria Teixeira do Rosário - Relator, exarado nos autos em epígrafe, fica INTIMADO o agravado IZALDINO ALTOÉ, para, no prazo de 03 (três) dias, se manifestar sobre o Agravo Regimental interposto por Ronaldo Martins Campos.

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO N.º 20/09**MANDADO DE SEGURANÇA N.º 367**

IMPETRANTE(S): PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC, DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ALMERIM/PA, POR SEU PRESIDENTE JOÃO LUIZ DOS SANTOS

ADVOGADO: AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 55ª ZONA ELEITORAL - ALMEIRIM

Fica INTIMADO o impetrante, da decisão do Exmo. Sr. Juiz André Ramy Pereira Bassalo - Relator, proferida nos autos em epígrafe, conforme abaixo.

"Trata-se de autos de ação de Mandado de Segurança impetrado pelo PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC, pretendendo a suspensão da diplomação e posse do prefeito e vice-prefeito eleitos em Almeirim no pleito 2008.

Alegou que nas últimas eleições, os votos recebidos pelos candidatos ARACY BENTES e GANDOR HAGE seriam nulos, o primeiro em razão de não possuir registro no momento da eleição, e, o segundo em razão de cassação do registro de candidatura face a procedência de duas ações eleitorais.

Afirma, ainda, que os votos recebidos pelos referidos candidatos perfazeriam mais de 50% dos votos apurados, o que atrairia a incidência do art. 224 do Código Eleitoral.

Em decorrência, alega que o Juízo da 55ª Zona Eleitoral, ao diplomar o candidato JOSÉ BOTELHO DOS SANTOS desobedeceu as normas ditadas pelo TSE ao responder a consulta 1657.

Requer, assim, liminarmente, a suspensão da diplomação e posse no cargo de prefeito de Almeirim do candidato JOSÉ BOTELHO DOS SANTOS e seu vice, IVANILDO SARRAF DA TRINDADE, até decisão final.

O Juiz da 55ª Zona Eleitoral prestou informações às fls. 449/451, aduzindo que a proclamação do resultado foi realizada observando-se a decisão da junta eleitoral, e que na Consulta nº 1657/PI, o TSE firmou o entendimento de que, para os efeitos do art. 224 do Código Eleitoral, cada bloco de votos deve ser considerado individualmente, não se somando, como supõe o impetrante.

É o sucinto relatório.

Decido o pedido liminar.

A situação exposta no presente mandamus já foi objeto de análise dessa Relatoria quando do julgamento do Mandado de Segurança nº 354, na Sessão de 16 de dezembro próxima

passada, a qual transcrevo, na parte que interessa:

"(...)

Para melhor posicionamento de V. Exas., informo sobre o resultado das eleições impugnadas na via do presente Mandado de Segurança:

1 - Botelho 3.819, 45,58% dos votos válidos
2 - Gandor Hage 3.679, 43,91% dos votos válidos
3 - Professora Dalila 881, 10,51% dos votos válidos
4 - Votos nulos 760
5 - Aracy Bentes - candidato não registrado, 8.178 votos, 46,78% votos inválidos

Posto as considerações dos Impetrantes, e na hipótese dos autos, insisto que não se pode confundir nulidade de votação com votos nulos, defesa que fiz quando da análise da petição nº. 12 e do Recurso Eleitoral nº. 4166, originários de Juruti, e cujo o V. Acórdão nº. 22.154 extraio a ementa seguinte:

PEDIDO DE NOVA ELEIÇÃO. NULIDADE DO PLEITO EM RAZÃO DE MAIS DE 50% DOS VOTOS NULOS. APLICAÇÃO DO ART. 224 DO CE. PEDIDO INDEFERIDO EM RAZÃO DE QUE A NULIDADE VEIO DA ATUAÇÃO DOS PROPRIOS REQUERENTES. RECURSO ELEITORAL IMPROVIDO.

1. Nulidade causada pelos requerentes, aplicação do art. 219, § único do CE.
2. Votos nulos somados referem-se a votos inválidos, não prevalecendo para efeitos de nova eleição, manifestação apolítica que não se confunde com manifestação viciada.
3. Pedido de nova eleição indeferido à luz do posicionamento jurisprudencial hodierno.
4. Recurso eleitoral improvido.

O que precisa ser realçado é que para aplicação do art. 224 do Código Eleitoral é imperioso que a nulidade atinja mais da metade dos votos válidos, e aí não se pode considerar que os votos dados a candidato cujo registro foi indeferido assumam efeito positivo no sentido de interferir no resultado final do pleito, porque aí o direito estaria a privilegiar o ato jurídico inválido, ou a permitir que o ato inválido encerre surtindo efeito eficaz no mundo do direito. (sem grifo no original).

A regra do art. 224 do Código Eleitoral conjugado com a aplicação do art. 77, §2º da CF/88 (art. 29, II), exige que não se tenha alcançado mais de 50% dos votos válidos no município para que seja determinada a realização de novas eleições, porém pelo quadro apontado no boletim de fls. 13/14 é possível confirmar que houveram no município de Almeirim 8.379 votos válidos, e o candidato vencedor teve 45,58% desse total, portanto não há qualquer vício que macule o resultado final do pleito.

Assim, independentemente da motivação que gerou a nulidade, a simples consequência da nulidade já atrai a invalidade dos votos, bastando para afastar a incidência do art. 224 do Código Eleitoral. (sem grifo no original).

Por isso que, analisando a questão sobre outro prisma, igualmente não há como ser aplicada a regra do art. 224, do Código Eleitoral, eis que o mencionado dispositivo não permite a soma dos votos inválidos, restringindo sua aplicação na confirmação da superação de 50% dos votos válidos para a nulidade, o que foi recepcionado pela regra do art. 169, da Resolução nº. 22.717, permitindo a aplicação do art. 149 da Resolução referida para a consideração dos eleitos. (sem grifo no original)

A jurisprudência moderna abriga a conclusão dessa Relatoria como nas ementas a seguir transcritas:

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES. CANDIDATO A PREFEITO. 2º COLOCADO NO PLEITO. REGISTRO CASSADO APOS AS ELEIÇÕES. CONDUTA VEDADA. (ART. 73, VI, "B", DA LEI 9.504/97). NULIDADE DE MAIS DA METADE DOS VOTOS VÁLIDOS. NÃO OCORRÊNCIA. SEGUIMENTO NEGADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- Não pode pleitear a declaração de nulidade aquele que lhe deu causa (art. 219, § único, do CE).

- Os termos do art. 224 do CE e da jurisprudência do TSE somente há nova eleição se a nulidade atingir mais da metade dos votos válidos.

- Para fins de aplicação do dispositivo (art. 224, CE), não se somam aos votos anulados em decorrência da prática de conduta vedada, os votos nulos por manifestação à política dos eleitores.

- Agravo Regimental desprovido. (Acórdão AAG 6505, de 09.08.2007, Relatoria Min. José Gerardo Grossi).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO.

1. Não pode pleitear novas eleições o candidato que deu causa à anulação do pleito (art. 219 do CE). Precedentes.

2. Na aplicação do art. 224 do Código eleitoral é preciso que o candidato cassado (sozinho) haja obtido mais de 50% dos votos válidos, não entrando nesse cálculo os votos originalmente nulos. Precedentes. (GN)

3. Embargos acolhidos parcialmente para sanar a omissão apontada, sem lhes imprimir qualquer efeito modificativo. Embargos da coligação não conhecidos.

(Acórdão nº. 25.855, de 06.03.2008, Rel. Min. Carlos Augusto Ayres Brito).

O impetrante deixa claro seu intento de computar os votos nulos atribuídos ao candidato Aracy Bentes com os demais votos nulos, para, assim, alcançar o total de 51,13% de votos nulos, como apontado no primeiro parágrafo da pág. 04 da inicial.

Como já adiantado, a matéria já tomou assento jurisprudencial definitivo nos autos da consulta 1657 - PI, em que o posicionamento é contrário à pretensão da inicial, e confirma o